

DOR SILENCIOSA: AS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS NA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PELA ÓTICA DA PSICANÁLISE E DO FEMINISMO

SILENT PAIN: THE PSYCHOLOGICAL CONSEQUENCES IN WOMAN VICTIM OF DOMESTIC VIOLENCE FROM THE PERSPECTIVE OF PSYCHOANALYSIS AND FEMINISM

Idaiany Leite da Silva¹, Prof. Dra. Hellen Fonseca de Sousa da Costa Vale²

¹ Aluna do Curso de Psicologia

² Professora Doutora do Curso de Psicologia

Resumo

Introdução: Esse trabalho aborda as consequências psicológicas envolvidas no caso de violência doméstica na autobiografia de Maria da Penha. **Objetivo:** Analisar a partir do viés psicanalítico e do feminismo trechos do livro *Sobrevivi Posso Contar* de autoria de Maria da Penha. **Materiais e Métodos:** Partindo de uma metodologia qualitativa, como critério de categorização foi utilizada a metodologia de Bardin e o método clínico psicanalítico e das contribuições das teorias feministas para realização das análises. **Resultado:** Foram identificados em trechos falas características de violência psicológica, que colocam a mulher em posição de atenuadora de conflitos, além dos sentimentos contraditórios como ambivalência no discurso e o escalonar da violência. **Considerações finais:** A violência contra a mulher é uma questão de gênero e tem raízes profundas e complexas na história da civilização, ela não é claramente percebida e é porta de entrada para os outros tipos de violência contra a mulher. Existem consequências psicológicas à vítima de ordem psicossomática e que podem ser irreversíveis. Através da abordagem psicanalítica e do feminismo foi possível compreender a existência de uma estrutura psíquica alicerçada na sociedade no par dominação e submissão.

Palavras-Chave: violência doméstica; psicanálise; machismo; feminismo; feminicídio.

Abstract

Introduction: This work addresses the psychological consequences involved in the case of domestic violence in Maria da Penha's autobiography. **Objective:** To analyze, from a psychoanalytic and feminist perspective, excerpts from the book *Sobrevivi Posso Contar*, authored by Maria da Penha. **Materials and Methods:** Starting from a qualitative methodology, Bardin's methodology and the psychoanalytic clinical method and the contributions of feminist theories were used as categorization criteria to carry out the analyses. **Result:** Characteristic statements of psychological violence were identified in excerpts, which place women in the position of mitigating conflicts, in addition to contradictory feelings such as ambivalence in the speech and the escalation of violence. **Final considerations:** Violence against women is a gender issue and has deep and complex roots in the history of civilization, it is not clearly perceived and is a gateway to other types of violence against women. There are psychological consequences for the victim of a psychosomatic nature and which may be irreversible. Through the psychoanalytic approach and feminism, it was possible to understand the existence of a psychic structure based in society on the pair of domination and submission.

Keywords: domestic violence; psychoanalysis; male chauvinism; feminism; femicide.

Contato: idaiany.silva@souicesp.com.br e hfsousa2010@gmail.com

Introdução

Considerando a temática da violência contra a mulher um fenômeno muito presente, e que as discussões sobre os efeitos do machismo continuam em voga na nossa sociedade, nesse trabalho buscamos entender as consequências psicológicas de ações que ainda acontecem em pleno século XXI e que colocam a mulher em posição de subalternidade diante dos homens e como esse lugar subalterno é a porta de entrada para comportamentos violentos por parte dos homens contra as mulheres.

Partindo da historicidade da definição de gênero e a posição de inferioridade da mulher em relação aos homens, principiamos nossa

investigação com o estudo da seguinte problemática: quais são as falas contidas no discurso da autobiografia de Maria da Penha que expõe os tipos de violência, em destaque a violência psicológica elucidadas pela ótica psicanalítica e da teoria feminista.

Ao longo da história o conceito de feminino perpassa por definições e interpretações advindas de figuras masculinas, estes autores intencionados em descrever os mistérios que circundam a mulher se empenharam em segmentá-la de tal modo que a história foi capaz de carregar estas definições e signos até os dias atuais (BUTLER, 2003).

Ora, em tantos outros quesitos podemos dizer que a sociedade evoluiu, mas no que diz

respeito ao lugar e aos papéis relegados ao feminino, muitos comportamentos ainda se reproduzem de maneira violenta e caricata. Apesar de sabermos que nas leis atuais mulheres e homens devem ser entendidos como seres humanos com direitos iguais, na prática do mundo da vida o número de violências contra a mulher cresce a cada dia.

A última pesquisa feita neste ano de 2023 conduzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Datafolha atesta que 43% da população feminina afirma ter vivenciado, ao longo da vida, ao menos uma das formas de violência, em situações tendo como autor o parceiro íntimo. Neste cenário, é um dado preocupante, significando que 27,6 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência provocada por parceiro íntimo no Brasil. (FBSP, 2023).

O sofrimento, muitas vezes, é silencioso. Nessa mesma pesquisa aponta que 45% das mulheres vítimas de violência relataram não terem tomado atitudes diante da agressão mais grave que sofreram, e 38% afirmaram que “resolveram a situação sozinhas”.

Portanto, na tentativa de entender os fenômenos que se apresentam na escalada da violência e quais as consequências psicológicas essa escalada pode deixar nas mulheres, neste trabalho, realizamos a análise de um caso público, através da biografia de uma mulher que se tornou ícone e é conhecida com o nome que deu origem à lei Maria da Penha.

Para tanto, realizamos um estudo qualitativo, do qual utilizamos da teoria da análise do discurso para a categorização dos dados, das unidades de significação, e da teoria psicanalítica sob a luz de teorias feministas, para a leitura e análise das falas categorizadas nas unidades. A obra utilizada tem como título: *Sobrevivi posso contar* (FERNANDES, 2012).

Por uma interpretação dos fatos presentes no livro *Sobrevivi Posso Contar*, Maria da Penha Fernandes traz relatos de sua sobrevivência como vítima de violência doméstica e conta sobre a própria história. A possibilidade do contar, este poder enunciado no título do livro evoca um tipo de autorização, permissão dada à sobrevivente pelo desfecho que felizmente não se tornou em posterior fatalidade, e sim em sobrevivência e resistência.

Contudo, sabemos ser impossível falar de violência contra a mulher sem realizar uma digressão na história da civilização. Por isso, trabalhamos no capítulo 1 com o conceito de gênero pelo olhar da psicanálise e da teoria feminista proposta por Simone de Beauvoir. No capítulo 2 abordamos sobre a questão do feminino nos movimentos feministas. No capítulo 3 discorremos sobre a questão da misoginia e seus

efeitos e no capítulo 4 apresentamos as análises propostas a partir da biografia da Maria da Penha.

Nosso objetivo é analisar a partir do viés psicanalítico e do feminismo trechos do livro *Sobrevivi Posso Contar*, com o fim de elucidar as consequências psicológicas presentes na fala de uma mulher que sofreu os vários tipos de violência conjugal. A pergunta problema que inaugura essa pesquisa é: Quais as consequências psicológicas presentes no discurso biográfico do livro que conta a história da Maria da Penha?

Materiais e Métodos

Ancorados na metodologia qualitativa, utilizamos como metodologia para a categorização de dados, a análise de conteúdo de Bardin (1977), e como metodologia de análise dos dados categorizados usamos o método clínico da Psicanálise e da teoria feminista. Este estudo irá considerar informações contidas no livro que ainda não foram tratadas em modo de estudo e analisadas criticamente do ponto de vista psicológico e mais especificamente psicanalítico.

A técnica de pesquisa de Análise de Conteúdo defendida por Bardin (1977) se estrutura em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização e codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

Na primeira etapa de pré-análise fizemos a somatória dos materiais de conteúdos bibliográficos levantados inicialmente para análise e posterior separação deste conteúdo de forma sistemática. Fizemos uma seleção dos principais temas que foram utilizados na pesquisa e aprofundados na mesma. Em resumo, buscamos elencar os objetivos que serão pretendidos e o levantamento da pergunta que nos propomos responder. Esta etapa inicial é útil para avaliar o que pode ser descartado e desta seleção reter o que pode ser aproveitado ou não, segundo Bardin (1977).

A segunda etapa teve como intenção a organização do material levantado a partir do tema bibliográfico referente à literatura do feminismo e da psicanálise e a partir da análise minuciosa do material principal foram redigidas categorizações onde separamos os trechos específicos do livro. Esta etapa consiste na concretização da pré-análise e definição das categorias e desta codificação de dados brutos foram transformados de forma organizada e agregadas em unidade de registro - que parte do texto será analisado -, e unidade do contexto - onde esta unidade de registro se encontra. Nesta etapa a categorização serve para que exista um padrão na análise.

Na terceira etapa do trabalho se deu o tratamento dos dados onde considerando a anterior organização das categorias tivemos as

informações classificadas e isso nos possibilitou uma análise confiável das informações.

Conceito de Gênero por um viés Psicanalítico e Feminista

A palavra gênero foi citada pela primeira vez no campo da ciência cunhada através do autor americano e médico psicanalista Robert Stoller (1968), na ocorrência da Segunda Onda Feminista, o interesse do autor na introdução do termo gênero nas ciências da saúde se deu pela necessidade da diferenciação da estrutura física e anatômica inquestionável entre homens e mulheres. Como definido por Oakley (1972), gênero se dá por uma construção social a partir dessas diferenças que dizem sobre o papel social de gênero e não se limita apenas às condições biológicas.

O movimento feminista na década de 1980 substituiu o termo gênero ao invés de sexo. Essa mudança foi de extrema importância pois tornou possível uma visão mais ampliada sobre o feminino e masculino, seus papéis sociais, e os questionamentos sobre as figuras em posição de poder e dominação gerenciados por sistemas de relações por hierarquia sobre homens e mulheres. Dadas as diferenças entre os termos sexo e gênero percebe-se a importância de destacá-las, pois coloca em xeque as relações entre homens e mulheres (NICHOLSON, 1999, p.3).

Butler (2003) diz que o sexo perfigura um termo estritamente biológico como um sugestão pré determinada, já a noção de gêneros feminino e masculino é dada culturalmente, portanto não é sentenciável, nesse sentido se deistanciamento do biologicismo predeterminado.

Considerar o gênero a que pertence não se baseiam no sexo biológico imposto direta e indiretamente às pessoas em sociedade, mas deste dissocia-se cabendo ao termo gênero estas diferenciações baseando-as em um construção cultural. No livro Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade, Judith Butler (2003) discorre sobre essa diferença entre o determinismo biologicista dos sexos e a construção cultural em torno do gênero “[...]nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino.” (BUTLER, 2003, p. 26).

A definição de gênero perpetua na história seus significados como base para a diferenciação ontológica e que respondem a pergunta: “De quem seriam os corpos?” A partir dessa resposta ter-se-á o modo do como se relacionar. De acordo com Butler (2003) a questão de gênero por um viés ideológico tenta forçar algum tipo de coerência identitária sobre os corpos, ainda diz que o ideológico define o que um pode e o outro não pode fazer ou ser, o que por uma linha histórica é o olhar do homem sobre a mulher

baseado em dados com referências ao feminino na arte, na religião e na cultura, estes construídos, instituídos e definidos por homens.

A questão do gênero na Psicanálise diz sobre questões referentes aos desejos fundamentais em todos os seres humanos e que o acompanham desde sua gênese, para Nicolau (2000, p.24) na teoria da psicanálise freudiana um exemplo do drama edípiano é utilizado servindo como mito de referência para dar destaque à presença do desejo principal de cada pessoa: os desejos conflitantes com as figuras do feminino e masculino. No ato masculino o patriarcado se faz presente, o sujeito homem se aliena por um ideal que o dirige a uma identificação através da figura paterna (imagem masculina).

Ainda sob a ótica da psicanálise na vertente lacaniana a ideia de sexualidade não existe, o que vem de encontro às ideias de Nicolau (2000, p.27), o que existem são as diferentes questões referentes à feminilidade e à masculinidade que são construídas e não impostas, há a ideia de campo da lógica e gozo que diz sobre o sujeito e sua indeterminação, portanto, a inexistência de sexualidade.

A identidade colada ao gênero não existe na psicanálise, o sujeito não está reduzido à sua definição de identidade, o termo utilizado é o de identificação, este alude ao traço, existência de algum elemento que liga afetivamente um sujeito ao outro sujeito, e ainda assim esse elemento não é necessariamente uma tentativa de reforçar uma identidade (MEES, 2019).

Há a ideia de sujeito autônomo e autêntico onde considera que o sofrimento psíquico é individual e isso não tem que ver com a sociedade, portanto conforme sugere Wood (2003), questionar a categoria identitária é questionar outra possibilidade de existência. É importante questionar a categoria identitária pois esta reforça uma ideia moderna de sujeito e isto é útil ao capitalismo, “uma espécie de oportunismo sistemático, que permite ao capitalismo aproveitar-se dela.” (WOOD, 2003, p.231).

Na cultura contemporânea os corpos são generificados, racionalizados e viabilizados de modo que nela funcione o modelo capitalista e neste a apresentação de movimento político organizado de uma política individualista que elege o sujeito pautado na diferença sexual e de raça, e conforme sugere Cardoso (2021) isso dá suporte a uma cultura patriarcal e machista que persiste, repousa e aposta na dominação de poder. A teoria do patriarcado se propõe a demonstrar que o “sexo é uma categoria social impregnada de política” (MILLETT, 1975, pp. 32 e 34).

O Feminino nos Movimentos Feministas

Os movimentos feministas enquanto movimentos sociais são como mola propulsora de ampliação dos limites restritos do conceito de humano e do feminino. No feminismo se carrega o conceito de feminino para além de uma categoria identitária e ideológica, como sugere Butler (2003), há uma crítica à essência e substância do que é ser feminino. Existe uma sobredeterminação sobre os corpos que precisam performar a feminilidade e em paralelo existe a exclusão sobre quem não performa e não dialoga com essa determinação que precede o feminino. De acordo com Butler (2003) em seu livro *Problemas de Gênero* existe uma crítica sobre a categoria identitária e que essa identidade pode sobrepujar os corpos.

Existe um conceito universal de mulher? Rodrigues (2005) nos mostra que onde o conceito universal de mulher ainda opera há um insistência em uma normatividade que constrange o próprio conceito de humano, trata-se de considerar a prática feminista como um movimento radical de abandono das restrições que o conceito de humano impõe às nossas formas de vida e fundamenta todo tipo de violência.

O aforismo “ninguém nasce mulher, se torna mulher” que a filósofa existencialista Beauvoir (1949) trás em seu livro *O Segundo Sexo* resume o tornar-se mulher como um processo, um dever. Há o sexo principal, o homem, e o segundo sexo subalterno, a mulher, que para condição de existir depende do sexo principal e este determina os modelos sociais e de conduta individual. Há o eu e o outro, o homem é o eu, a mulher o outro. O preço de ser o segundo sexo exime da mulher a possibilidade de obter e alcançar uma liberdade autônoma, pois se ela coexiste com o homem ela não existe em si mesma (RODRIGUES, 2005, p.180).

O carregamento de conceitos ao longo da história e a repetição desses conceitos sem questionamento alimenta o inconsciente coletivo como sugere Manus (2014), o que os integra na cultura levando naturalmente à admissão e transmissão para as gerações seguintes.

A filosofia existencialista de Beauvoir sabe bem que a liberdade buscada é uma liberdade que evolui no interior de situações concretas de vida, visto que é no seio do mundo com sua intempéries que é possível fazer o uso da liberdade individual e fazer o destino que se estabelece e se projeta a partir das próprias escolhas. A nossa consciência é esse espaço decisório de governança pelo qual nós dirigimos a nossa existência, e a partir disso nos dotando e adquirindo essência própria segundo Rodrigues (2005).

Zanello e Andrade (2014) ditam sobre o biológico que é mais ou menos determinado, e reforça que nascer mulher é mais do que o biológico, ser mulher ou ser homem nasce de uma identidade cultural, de uma produção e um

processo, há por exemplo os estímulos ao feminino que começam na infância e as tecnologias de gênero criadas porque alimentam essa construção.

Quando não se é possível fazer uso da própria liberdade, o indivíduo opta por ser visto e compreendido como um objeto ou coisa. A pessoa não livre está sujeita à liberdade de outrem. Se a liberdade é limitada, não existe liberdade. A liberdade da figura da mulher foi ao longo da história condicionada e restringida às escolhas do outro, do sexo principal: o homem (BEAUVOIR, 1949).

Há uma dominação, e Beauvoir (1949) explica que um sexo domina sobre o outro e quando há um superior que define um, o outro é inferior. Só o termo “o outro” já subentende-se como inferiorizado, pois não é o principal, o outro é imposto como objeto para que exista um dominador, o que sugere, portanto, a existência de uma hierarquia: para existir um superior é necessário que exista o subalterno, e exige-se desse uma subserviência incondicional. (ZANELLO, 2020). A mulher é esse objeto sem objeção, o outro sexo que pertence ao sexo principal e não tem condições de objetar sobre uma posição própria porque é tolida dessa condição seja por ignorância da capacidade de poder próprio ou da consciência de possibilidade do exercício da própria liberdade (BEAUVOIR, 1949).

O conceito de submissão na cultura ocidental faz da mulher uma propriedade do homem, ela não pertence a si própria nem em sua liberdade interior nem em sua liberdade exterior - do corpo. Há a subalternização do corpo feminino, pois visto que há um ser inferior e um ser superior, um domina sobre o outro. O corpo da mulher é tido como uma figura de realização de objeto de desejo e obtenção do prazer, figurando a realização do homem e esta mulher de forma introjetada se realiza no pertencimento a um homem (BEAUVOIR, 1949).

Para que a violência possa perdurar é preciso isolar progressivamente a mulher de sua família, de seus amigos, impedi-la de trabalhar, de ter uma vida social. Isolando sua mulher, o homem faz com que sua vida fique voltada unicamente para si. Ele precisa que ela se ocupe dele, que só pense nele. Age de modo a que ela não seja demasiadamente independente, para que não escape a seu controle. As mulheres dizem muitas vezes que se sentem prisioneiras. (HIRIGOYEN, 2006, p. 31-32)

Wolf (2018) em seu livro *O Mito da Beleza* discorre sobre o elemento palpável em nossa cultura ocidental que é a busca pela estética que realiza a possibilidade de atingir um ideal de perfeição da beleza, elementos acessíveis e desejados onde padrões pré estabelecidos devem ser seguidos para aceitação e inclusão na sociedade, há um tipo de caracterização para ser

aceita e nessa aquisição de traços para ser reconhecida e vista há a performance para o encaixe.

Na forma pré estabelecida pela cultura patriarcal a mulher é uma peça que se desdobra para um perfeito encaixe e adaptação, para que assim, a máquina do ideal social continue a rodar. Se existem padrões pré estabelecidos, o que se espera de uma mulher? A cultura construída com base na ótica machista como sugerem impõe formas de condutas à mulher, de como deve ser o feminino. Diante de tantos comandos a mulher se vê em luta contra si mesma, pois o que é tomado por verdade, é buscado, vivido e repetido. A pergunta central é: essa busca é legítima da mulher? A aceitação sem o questionar leva à repetição de modo automático, do cumprimento de ordens sem objeção (GOSTINSKI e MARTINS, 2016).

Mesmo em face de avanços legislativos sobre a matéria, o que se observa é que a discriminação entre os sexos no Brasil ainda é latente, encontrando-se enraizada em nossa sociedade e perpetuada no seio de uma educação sexista e misógina, que relega à mulher o papel de Segundo Sexo. (GOSTINSKI E MARTINS, 2016, p. 173)

A luta do feminismo levanta questões que acompanham as gerações e ganhou vitórias que proporcionaram situações de maior igualdade para as mulheres, o que contribuiu para a emancipação feminina. As conquistas na legislação fizeram a mulher deixar de se submeter ao poder masculino e de certo modo, ela ganhou voz, vez, lugar e também ganhou a possibilidade de posição em sociedade (GOSTINSKI e MARTINS 2016).

Em uma sociedade machista, falocrática, heteronormativa, misógina, sexista e patriarcal, onde o homem foi criado subjetiva e culturalmente para se achar numa situação de preponderância em relação à mulher, a união e aliança entre as mulheres, baseada no companheirismo e empatia, são necessárias para que a responsabilização não recaia sobre a própria vítima. (Gostinski e Martins, 2016, p. 81).

Ainda hoje implicam uma continuação na luta que permanece em avanços e trouxe a possibilidade de tornar mais visível a violência doméstica contra a mulher, campo que era silenciado no Brasil a décadas atrás.

Misoginia, Posse do Corpo Feminino e a Mulher em Situação de Violência

A misoginia é um modelo herdado da cultura do patriarcado, uma vez que esta elege o homem como dominador e criador de normas de conduta que reforçam uma cultura machista uma vez que uma sociedade é redigida e editada por homens não cabem mulheres, e estas servindo a um sistema que não as cabe, as repele (BUARQUE, 2006).

(...)o termo misoginia é formado pela raiz grega "miso", que significa odiar, e "gyne", cuja tradução seria uma mulher, e se refere ao ódio, rejeição, aversão e desprezo dos homens em relação às mulheres e, em geral, em relação a tudo relacionado ao feminino. Esse ódio (sentimento) sempre teve continuidade em opiniões ou crenças negativas sobre as mulheres e o feminino e em comportamentos negativos em relação a elas. (PÉREZ & FIOLE, 2000, p. 14).

Um exemplo é a questão de debate sobre o corpo feminino, este olhar sobre o corpo feminino é decisivo visto que em paralelo o corpo masculino não é objeto de debate, há o enfoque neste feminino na mulher que habita o corpo mas um outro domina sobre ele, dele faz pertença, e a ele reforça a força da cultura que é anterior a nós, portanto, mais forte. É notório: "o triunfo do patriarcado não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta" (BEAUVOIR, 2009, p. 117).

A construção da cultura com origem no patriarcalismo prefigura o machismo e elucida a misoginia. Segundo Bloch (1995), na grande questão em torno do corpo feminino tentam superar tanto na tradição patriarcal que dominou na pré história quanto à tradução da medicina de que as mulheres duram mais ou que todos os homens foram criados por uma mãe maior, mais forte, mais inteligente e fonte da vida. O preconceito resiste aos fatos, o sexismo é uma construção histórica ditado pela cultura machista que dita as regras e figura na misoginia o ódio às mulheres (TOMASELLI, 1992).

Segundo Buarque (2006), a imagem da mulher na história perpassa por adequações que fizeram dessa figura um objeto de realização masculina. Na Antiguidade era objeto de reprodução, na Idade Média o ser Impuro e na Modernidade de padrões de beleza. Segundo Butler (2003) a mulher nasce sentenciada, o fato de nascer em um corpo feminino é pré determinação para a sujeição a um outro corpo, o masculino, e às imposições feitas por ele.

Cardoso (2021), discorre em sua obra sobre Beauvoir onde dita sobre a posse do corpo feminino que é dada aos homens e o direito ao seu consumo, coloca a mulher como a figura do objeto de desejo e da propiciação do prazer, e nessa realização em possuir uma mulher existe a satisfação em sentir-se completo. Para o homem a mulher torna-se parte dele, fazem-se um só, inseparável, e deste consumo, a consumação do poder, à plenitude de si.

O corpo feminino dá ao homem sua plena realização, e, justificando na mulher a figura fértil que eterniza a espécie, faz dela mera coadjuvante na história. O olhar masculino cria, convence e sustenta a ideia do feminino e este ideal ovacionado é pago às custas da neurotização coletiva (MILLET, 1975).

A definição de mulher como figura de posse de um homem faz dela um ser pertencente a um ser principal, essa segunda figura portanto, a mulher, não possui identidade própria e é sujeita à primeira figura, o homem, e este a subjuga, angustia, nega valor à vida e retira da mulher o caráter de sujeito, de ser único (ZANELLO, 2018). Ainda para Zanello (2018), essa objetificação despersonaliza a mulher e dá a ela uma natureza subalterna, o que abre espaço para o tratamento inferiorizado e externalização de relações de poder de uma figura sobre a outra, configurando o ato violento.

A restrição do que entendemos como humano é um dos pilares da violência estrutural e colonial que nos constitui como sociedade, e essa violência é voltada muitas vezes contra o que chamamos de feminino, nome dado a esse elemento perturbador que constitui o humano e que, muitas vezes rejeita-se o olhar e a atenção a essa perturbação (JÚNIOR e BESSET, 2007, p. 325).

A violência é toda ação ou omissão que pode cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno de um ser humano e leva-o a um lugar de privação da sua liberdade individual (KOLLER E ANTONI, 2004, P. 297). Embora a violência de gênero seja estudada desde os anos 70 nos EUA e Europa, no Brasil os estudos e pesquisas nesta área são recentes, iniciaram a partir dos anos 90. Barus-Michel (2011) descreve alguns contornos dessa violência:

A percepção da violência está associada com uma identificação do excesso da ação, ou seja, ela é sentida quando se ultrapassa limites, estabelecidos pelo social, cultural, histórico e/ou subjetivo. Seu fundamento é manifestar-se como excesso na afirmação do um todo poderoso que nega a alteridade (BARUS-MICHEL, 2011, p. 21).

A filósofa sul-africana Diana Russell (1976) cunhou o termo feminicídio devido à importância na época de diferenciação do homicídio com base no gênero feminino. No feminicídio não há somente o uso de violência, há o ódio à figura da mulher que percorre a história da cultura trazendo barbárie à civilização (MENEGHEL e PORTELA, 2017).

Todo elemento da natureza se transforma em objeto de violação justificada em nome dessa passagem da natureza à cultura. Se o homem percebe e conceitua a mulher como essa forma voltada a servi-lo e atendê-lo e se essa mulher falha ao cumprir esse destino natural a violência contra ela já está justificada no seu próprio comportamento (MASAGÃO, *et al.*, 2020)

A história é o espelho da realidade passada na qual o presente aponta para aprender algo sobre seu futuro. A consciência histórica deve ser conceituada como uma operação do intelecto humano para aprender algo neste sentido. A consciência histórica trata do passado como experiência, nos revela o tecido

da mudança temporal dentro do qual estão presas as nossas vidas e as perspectivas futuras para as quais se dirige a mudança. (BARCA *et al.*, 2010, p. 56-57).

Um termo que traduz essa reprodução de violência estrutural por um viés histórico é a misoginia, essa se define por repulsa e ódio ao feminino e nesse se justificam o uso de todo tipo de violência contra a mulher (TOMASELLI, 1992). Essa hostilidade ao segundo sexo segundo Beauvoir (1970) é traduzido nas formas de exclusão da figura feminina em sociedade, na negação da ocupação da mulher em posições outrora masculinas que são motivações de luta do movimento feminista e ao julgamento àquelas que rejeitam às normas de conduta e não se encaixam nos padrões enviesados.

A extensão da violência contra a mulher independe de classe social ou nível de instrução, é democrático e generalizado e deve ser combatido em todas as esferas enquanto política pública (MENEGHEL e PORTELA, 2017). Bronfenbrenner (2002), psicólogo americano e investigador do desenvolvimento humano explica sobre a etiologia da violência contra a mulher a nível estrutural para compreender onde esta se inicia e onde se encerra ele lança mão do modelo bioecológico que considera esse tipo de violência como um fenômeno multidimensional, portanto, sistêmico.

A pesquisa heurística de Bronfenbrenner (2002) definiu que a violência contra a mulher é causada por fatores diversos e especificamente em quatro níveis: pessoal, que considera características biológica e psicológica da pessoa; processual, relacionado a interações com outras pessoas; contextual, considerando o ambiente onde se está inserido e cultura e temporal, sobre as gerações anteriores a nível intra, inter, trans geracional (BARRETO, *et al.*, 2009).

A violência contra a mulher é um dos maiores problemas mundiais atuais e suas consequências deixam marcas visíveis e invisíveis (MASAGÃO, *et al.*, 2020, p. 124). Sancionada em 2006, a Lei nº11.340 - Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) batizada com um nome que carrega história definiu-se os vários tipos existentes de violência contra a mulher: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

Com a formulação da Lei, seu surgimento, segundo Meneghel e Portela (2017), fez abrir um espaço maior à discussão acerca da violência contra a mulher e um maior acesso a pesquisas e dados que foram e são utilizados tanto para a defesa dessas mulheres vítimas como para a informação e prevenção de novos casos de violência.

A maior incidência de violência contra a mulher é no ambiente doméstico e na maioria dos casos o principal agressor é o parceiro amoroso da vítima, este enxerga a mulher como figura de

pertencimento dele próprio, portanto de posse sua (MASAGÃO, *et al.*, 2020, p. 124). A dificuldade de diferenciação também se dá por parte da vítima que por uma dificuldade de diferenciação do agressor se vê como um tipo de externalização dele próprio, por isso a despersonalização (BUTLER, 2013).

A mulher não é vista pelo homem como um ser único e separado, e esta também não se vê em pessoalmente autônoma e individual em sua constituição, Nicolau (2000) perpassa sobre as teorias psicanalíticas de Lacan e Freud e descreve que há portanto de ambas as partes o conceito de desindividualização que que leva à despersonalização, termo este que por definição subjuga, angustia, nega valor à vida, a autonomia e, portanto, retira o caráter de sujeito e de ser único da mulher (ZANELLO, 2018).

É isso que o homem reproduz, quando não sabe, através do diálogo, resolver o que o incomoda. Para Weil (1967), a violência é sempre uma interrupção da fala e o discurso é sempre interrupção da violência, o que corrobora com o que Arendt (2003) diz sobre a violência ser uma manifestação de poder e que é através desse poder, da força e da violência que o homem domina sobre o homem. Em paralelo a esse raciocínio, Noronha (2018), dita que o sentimento de posse do homem sobre a mulher é uma das principais causas do feminicídio.

Quem dá nome se torna dono, os homens tiveram por longo tempo a posse do corpo feminino, e estes teoricamente doutos do conhecimento acerca da figura do feminino traduziram-no de modo a carregá-lo no inconsciente coletivo, sendo confirmado na corrente patriarcal e cultura machista. Como seria possível um ser que não habita em outro descrevê-lo, defini-lo e dar-lhe significado? O homem fazedor de regras de conduta e leis garantidoras de seus direitos conquistaram terreno nas discussões acerca do papel da mulher na sociedade. Foi somente após muitas lutas por espaços que as mulheres ganharam voz e vez, e esta voz iniciada com sussurros tem ganhado forte timbre e força, tornando possível a conquista de garantias e direitos que resguardam sua liberdade, autonomia e finalmente, sua emancipação.

Resultados e Discussão

Sobrevivi, Posso Contar

O termo sobrevivi vai além da representação da sobrevivência física, diz respeito ao episódio trágico que quase culminou no fim da vida de Maria da Penha. Nesse sobreviver há o conteúdo simbólico, uma vez que deságua não apenas no fato da sobrevivência diante da iminência de morte, mas também na resistência de

um corpo violentamente atacado que literalmente e simbolicamente, sobreviveu.

Maria da Penha eterniza na história brasileira a resistência e insistência à vida, pela luta por justiça e defesa da mulher violentada. Como mulher, demonstra em seu singular o caráter plural, por sua vida que foi marcada pelo sofrimento e trouxe alento para muitas outras Marias, mulheres de histórias comuns à sua que hoje graças à sua vida podem ter um destino diferente quebrando o ciclo da violência, e podendo usar da justiça para a luta pela não impunidade do agressor.

No termo “posso”, o poder pode ser lido tanto pela capacidade de contar a sua história por estar viva, quanto pela possibilidade de se autorizar a falar, tamanha a gravidade e o desenrolar da tragédia. Nesse caso, uma permissão social para a quebra de um dito popular confirmando que sim, se mete a colher em briga de marido e mulher, e que, como quase foi morta, ela pode sim contar, graças à sobrevivência e o autorizar-se.

No poder, há força vinda do falar da dor, pois, ao falar há elaboração dessa mesma dor, dando-a finalmente significação. A produção e feitura do sentido, graças ao internalizar dessa própria força, que por um momento lhe foi negada, mas finalmente é assumida em si como mérito e prêmio da sobrevivência para poder contar.

Da dor silenciosa, o contar. O erguer da voz, antes muda dado o sofrimento solitário e silenciada pela invalidação da própria dor. No silêncio não há timbre, não há palavra, não há eco, o que existe é a voz tolhida, engolida, retida, implodida em seu interior. No silêncio da voz a negação da própria liberdade de ser quem se é, e tornar quem se quer ou se deve ser.

No relato autobiográfico da história de Maria da Penha existe o paradoxo entre contar (ter voz) e a dor silenciosa, no negá-la, pois lhe foi impedida: primeiro pelo seu marido e abusador, e segundo pela justiça brasileira no invalidar da sua luta.

O gérmen da vitória foi o silêncio. Se hoje para a mulher brasileira há a possibilidade do falar, isso se deve ao fato de que por longo tempo, uma e tantas outras vozes foram silenciadas. Esse silêncio, doído e retraído foi maturado, e como em crescimento para dentro, lhe conferiu timbre próprio, para a externalização no momento que lhe foi oportuno. A voz do silêncio foi a vida que lhe foi continuada e a justiça que lhe foi imputada.

O direito da mulher no exercer pleno da liberdade se deu por aquela que esteve presa, dada às vontades de seu abusador. Só se dá conta da falta quando se sabe da existência e se é negado o aproveitar do que se sabe que existe, mas não lhe é oferecido - digo da liberdade que

Ihe foi tolhida - e dessa liberdade como objeto de desejo, à possibilidade de tomá-la, pois Ihe é própria, Ihe pertence. Do vislumbre da existência de liberdade, a busca é o alimento para a satisfação final.

No contar: o “conto, logo existo”. A existência de seu ser no mundo se prova no fato do conto. O falar de Maria da Penha diz sobre o uso pleno de sua própria liberdade, individual e particular. À possibilidade de contar como prova de resistência do viver, por isso o “sobrevivi”.

Maria da Penha sobreviveu além da dor interior e do terror exterior. Ela pôde contar, o que não se dá apenas pela resignificação, mas pela posse do seu poder individual. Na sua força interior, o seu crescer para dentro, como um fincar de raízes. Pois, como a árvore que de sua raiz tira a firmeza, para ela, da força interior a consistência, no manifestar da matéria - o resultado da sobrevivência - que é para fora, com todo o seu vigor. Do que antes era um movimento interior apenas, toma forma e se torna em possibilidade de exteriorização.

O contar de Maria da Penha é também significado como forma de denúncia, compartilhamento e elaboração da dor. A voz daquela que foi levada à repercussão mundial devido a força da narrativa, a coragem para contar.

No considerar dos relatos descritos no livro, a separação em categorias de falas consistiu na semelhança de repetições de conflitos e sofrimentos que foram encontrados ao longo dos 29 capítulos da obra. Como critério de nomeação de cada relato presente nos trechos das categorias foram elencados conceitos presentes na psicanálise, e que, poderiam ser passíveis de análise sob a ótica psicanalítica da teoria freudiana. Como temas de categorias foram elencados:

- 1) Mulher como atenuadora de conflitos;
- 2) O conflito dos afetos como ambivalência no discurso;
- 3) O escalonar da violência.

Mulher como atenuadora de conflitos

A existência de conteúdos latentes e presentes no conceito da própria mulher em ser mulher, a coloca como atenuadora de conflitos. Situações de tensão quando surgem à sua volta a convocam a abrandar, amortecer ou aplacar o clima estressante, na tentativa de contrabalancear os afetos do homem, atenuando-os. Ora, de acordo com a nossa cultura, “a mulher sábia edifica o lar”, versículo contido na escritura cristã, este pode ser interpretado como uma frase cruel e quando mal interpretado, pode causar estragos quando em situações de violência doméstica,

culmina na manutenção da passividade da mulher diante de cenários de agressão.

Quando se trata do papel da mulher como atenuadora de conflitos, a psicanálise traz enfoque às dinâmicas intrapsíquicas considerando também as funções de gênero específicas. Freud (1933) diz que a psicanálise não procura definir o que é ser mulher, mas procura entender como esta se desenvolve.

O carregamento de conceitos sobre o feminino ao longo da história e a repetição desses conceitos sem questionamento alimenta o inconsciente coletivo como sugere Manus (2014), o que os integra na cultura levando naturalmente à admissão e transmissão para as gerações seguintes.

Desenvolvida por Sigmund Freud, a psicanálise, possui em seu corpo teórico o explorar da dinâmica dos conflitos psicológicos e emocionais, e, apesar da psicanálise não se concentrar especificamente no papel das mulheres como atenuadoras de conflitos ainda é possível abrir uma discussão sobre como a teoria psicanalítica lida com questões relacionadas ao gênero e os seus papéis na sociedade.

Na psicanálise, a relação entre homens e mulheres é frequentemente analisada a partir de uma perspectiva que se baseia em dinâmicas inconscientes e processos psicológicos subjacentes, portanto, embora a teoria psicanalítica não aborde explicitamente como a mulher “ajuda” o homem, ela explora a interação mútua entre os gêneros de várias maneiras, como as dinâmicas de gênero advêm de influências sociais e experiências anteriores podendo moldar a forma como os indivíduos interagem, se relacionam uns com os outros e a cristalização interior desses conceitos impostos.

Para entender a história é necessário olhar o passado, assim como para compreender a concepção do feminino fez-se necessário uma digressão na história da civilização, desse mesmo modo pretendeu-se no livro o compreender da relação entre Maria da Penha e Marco Antônio perpassando o início do relacionamento e o seu decorrer. No livro Maria da Penha narra a cronologia da relação onde traz detalhes do início quando conheceu Marco Antônio, dizendo sobre a dinâmica da relação e o contexto em que se conheceram.

“Na condição de namorada, antecipava e cobria suas despesas extras, pois o que ele ganhava como bolsista não lhe permitia gastos com cinemas, passeios ou jantares, eu assumi todos os seus gastos. Quando as pessoas se encontram envolvidas sentimentalmente tornam-se mais generosas...eu atendia prontamente todas as dificuldades financeiras de Marco.” (FERNANDES, 2012, p. 17)

Zanello e Andrade (2014) utilizam de conteúdos para explicar a subjetivação da mulher,

dizendo que é fundamental incorporar os dispositivos de gênero, dentre eles o dispositivo amoroso, que assume funções com o pacto social. A ética do cuidado trata de um princípio positivo que é imposto às mulheres e naturalizado, tornando-as assim responsáveis pelo outro.

Freud (1996), por compreender o homem como um ser social por definição, concebeu a Psicanálise como a ciência tanto dos processos psicológicos individuais quanto das interações que se estabelecem entre os sujeitos na cena social. Através da psicanálise, é possível analisar e compreender os aspectos fundamentais do imaginário que foram moldados pela cultura patriarcal em relação à mulher. Existem elementos centrais presentes nessas fantasias coletivas, revelando como as percepções e expectativas culturais influenciam a compreensão e o papel da mulher, ele articula a história de cada indivíduo à repetição da história da humanidade como um todo.

Maria da Penha retrata em diversos trechos o “chamado” à antecipação das necessidades de Marco Antônio, seu namorado na época, e que mais tarde se tornaria seu marido. As falas prosseguem, quando, após contrair matrimônio passado um tempo, o clima de tensão foi se escalonando, especialmente após a ascensão profissional de Marco.

“Eu vivia tensa, procurando evitar que as crianças quebrassem algum brinquedo, fizessem alguma traquinagem ou descumprissem alguma ordem do pai.” (FERNANDES, 2012, p. 21)

“A mudança brusca no comportamento de Marco me levava a suspeitar que todas aquelas qualidades e sentimentos iniciais haviam sido forjados para atingir seus objetivos.” (FERNANDES, 2012, p. 20)

A família de Maria da Penha não tinha conhecimento dos episódios de violência e do clima de tensão que existia na casa, e Maria, intencionalmente, omitiu seu sofrimento:

“Minha família talvez tivesse algum indício do que acontecia, mas eu procurava não revelar esse fardo, para não agravar ainda mais a situação.” (FERNANDES, 2012, p. 22)

“Todo esse sofrimento era passado entre quatro paredes, pois, perante estranhos, ele se portava como uma pessoa educada, cortês, comedida. Como vivemos de aparências, quem iria acreditar que as nossas desavenças eram tão profundas?” (FERNANDES, 2012, p. 24)

“Marco retornou e disse que era ele quem iria levar-me a Brasília. Decidi pedir para que ninguém insistisse em ir comigo, pois tinha medo que Marco repassasse a sua revolta em forma de maus-tratos contra as minhas indefesas filhas.” (FERNANDES, 2012, p. 44)

A figura de Marco como pai, era um tanto forte, no sentido de suas filhas serem preparadas para sua chegada em casa após o trabalho e serem tolhidas, em sua presença de manifestarem

seus comportamentos infantis, normais para a idade, mas inaceitáveis ao pai.

“...eu vivia em função de evitar que as coisas piorassem, sempre na mesma luta para controlar as crianças a fim de que não o irritasse.” (FERNANDES, 2012, p. 23)

As figuras das babás que ajudaram nos cuidados com as filhas também representam, no papel de mulher, a antecipação de conflitos e a evitação de situações onde Marco pudesse encontrar motivos para se exaltar. Além da performance exigida do vínculo empregatício, as figuras das babás representam a mulher que, independente do lugar onde esteja ou do papel que desempenhem sempre se colocam e são cobradas a estar, em posição de retaguarda para evitar as brechas em seus comportamentos para que neles não se justifiquem as más atitudes e más condutas que venham a emergir da figura masculina.

“As babás Dina e Rita procuravam amenizar o sofrimento das minhas filhas que a tudo testemunharam, espantadas.” (FERNANDES, 2012, p. 23)

“Quando estava perto de Marco voltar do trabalho Dina, Rita e eu fazíamos uma fiscalização por toda a casa, em busca de qualquer detalhes que pudesse desestabilizá-lo.” (FERNANDES, 2012, p. 24)

A posição do feminino como antecipadora e atenuadora sugere uma visão que coloca as mulheres em um papel de submissão ou inferioridade em relação aos homens, quando uma mulher evita provocar a ira de um homem isso pode se relacionar a expectativas culturais ou normas de gênero que historicamente colocaram as mulheres nesses papéis onde angariam para si a solução de conflitos externos.

A posição do feminino em subserviência” sugere uma visão que coloca as mulheres em um papel de submissão ou inferioridade em relação aos homens, e levam as mulheres evitarem provocar a ira dos homens pode estar relacionado a expectativas culturais ou normas de gênero que historicamente colocaram as mulheres em papéis submissos. (ZANELLO, 2018)

Maria da Penha na posição de mãe no ambiente do lar vivia em constante alerta. A previsão de qualquer reação ameaçadora e violenta de Marco fazia com que seu comportamento se antecipasse à situação de perigo e seu estado de alerta a antevisse antes que o medo lhe tomasse conta. Como mãe, a figura de protetora em relação à provisão de segurança às filhas era antecipatório para que seu alerta de perigo a colocasse em posição de prontidão.

“Qualquer reação da minha parte poderia provocar uma situação ainda mais deteriorada, e eu tentava, por amor às minhas filhas, conseguir o mínimo de harmonia naquele lar.” (FERNANDES, 2012, p. 24)

A psicanálise se concentra nas relações interpessoais e nas influências das figuras parentais na formação da personalidade. Zanello (2018) discorre sobre o dispositivo materno e o dispositivo amoroso, em associação ao acirramento da cultura patriarcal dentro do seio familiar, onde as mulheres são consideradas e reconhecidas como “mulheres legítimas”, essa concepção condicionou o papel feminino, desde a infância, à maternagem e, na vida adulta, à maternidade, a autora considera que existe um padrão de comportamento esperado da mulher.

“Todos queriam ajudá-lo. Ainda mais eu, vinda de uma família nordestina, região onde prevalece o sentimento de hospitalidade que minha mãe sempre demonstrou em suas condutas.” (FERNANDES, 2012, p. 17)

Nicolau (2000, p.24) traz na teoria da psicanálise freudiana um exemplo do drama edipiano utilizado servindo como mito de referência para dar destaque à presença do desejo principal de cada pessoa: os desejos conflitantes com as figuras do feminino e masculino, a psicanálise proporciona uma estrutura teórica para entender como as experiências precoces, especialmente aquelas vivenciadas na relação mãe-filha, desempenham papel na formação dos ideais do feminino. Na fase anterior ao Édipo em Freud (1996), a mãe é o primeiro objeto de amor e identificação para a criança, esta pode internalizar características conceituais de mulher, salientamos que, hoje entende-se que o interpretar desses papéis é “comprado” socialmente.

Existe o elemento subjetivo nas trocas familiares mas na atualidade considera-se o Édipo como um simbolismo que não se encerra em si. É imprescindível considerar em peso os papéis sociais “vendidos” sobre o que o homem e a mulher devem pretender performar, isso influencia a forma como o indivíduo enxerga a si mesmo. A construção do “ser mulher” é feita sob uma perspectiva de gênero que leva em consideração papéis constituintes por meio de interferências sociais e culturais (ZANELLO e ANDRADE, 2014). Muitas vezes, as influências que moldam esses ideais são inconscientes, modelos de desenvolvimento masculino e feminino que reforçam papéis de gênero tradicionais, com os homens sendo mais orientados para a independência e as mulheres para a dependência, cuidado ao outro e a maternidade.

O feminismo defende como luta a desvinculação da figura da mulher à figura do homem, e hoje, é possível compreender a raiz cultural e social arquitetada, que penetra sem questionamento conceitos advindos do machismo, este que é o braço cultural da misoginia. O machismo utiliza-se de diversas estratégias de aperfeiçoamento que visam assegurar a manutenção de toda uma ordem de privilégios sociais historicamente atrelados ao homem com

um conjunto de disposições culturais conhecido como sistema patriarcal. (PONCIANO, 2022)

Sobre a tendência à repetição, em sua obra “Além do Princípio do Prazer” (Freud, 1920) o autor explora a conexão entre repetição, pulsão de morte e o princípio do prazer. Ele sugere que a tendência humana à repetição de certos padrões e comportamentos pode estar ligada à pulsão de morte, uma força interna que busca a desintegração e a redução da tensão psíquica. Isso contrasta com o princípio do prazer, que busca a gratificação imediata e a redução da tensão de forma mais direta. (FERREIRA E DANZIATO, 2019)

A compulsão à repetição mostrou a Freud que a agressividade não diz da desintegração do ser vivo, mas da forma ruidosa que ele encontra para se preservar na cultura (FRANCO FERRARI, 2006, p. 56).

É importante ressaltar que a psicanálise não considera as dinâmicas de gênero ou de relacionamento de maneira estática ou universal, pelo contrário, na psicanálise se reconhece que a experiência individual de cada pessoa é única e é moldada por uma interação complexa considerando os conteúdos subjetivos de cada indivíduo, além dos fatores sociais e culturais, há uma gama de considerações para a composição da construção da personalidade individual.

O conflito dos afetos como ambivalência no discurso

Os sentimentos contraditórios invadiam o aparelho psíquico de Maria de Penha, entre a angústia, a dúvida e certeza havia um abismo. No conflito entre os afetos, a dicotomia. Mas a angústia é o afeto que não mente, é o afeto que denuncia como diz Lacan (2005) sobre a angústia ser uma denúncia, pois onde ela se manifesta é onde existe um real inverso ao seu desejo mais particular.

“A mistura desses sentimentos confundia-me, e ao mesmo tempo me causava revolta. Quando eu verificava que os esporádicos comportamentos aceitáveis de Marco só aconteciam para atender às suas conveniências, aos seus interesses.” (FERNANDES, 2012, p. 20)

Freud (1914/2006) já havia destacado, em seu texto “Sobre o Narcisismo: uma Introdução”, a importância do ser amada para as mulheres. Ao se debruçar sobre a vida erótica dos seres humanos e sobre as diferenças dos tipos de escolha dos objetos amorosos entre mulheres e homens.

“Sua necessidade não se acha na direção de amar, mas de serem amadas [...]” (FREUD, 1914/2006)

Freud afirma que as mulheres aprendem uma forma de amar narcísica, na qual ser objeto

de amor do outro é algo fundamental. Em suas palavras:

“O meu pensamento me conduzia aos tempos universitários: onde estava o homem gentil e atencioso a quem eu entregara o mais puro dos meus sentimentos. Onde estava o companheiro que eu julgava ter encontrado para partilhar um relacionamento harmônico, maduro e duradouro?.” (FERNANDES, 2012, p. 20)

A psicanálise explora mecanismos de defesa psicológica que são usados para lidar com sentimentos desconfortáveis, como a negação, onde a mulher pode negar ou minimizar o sentimento em relação aos homens, como também negar ou minimizar atos de violência, potencializando ainda mais os riscos.

A função do juízo tem essencialmente duas decisões a tomar: ela deve conferir ou recusar a uma coisa uma determinada qualidade e deve admitir ou contestar se uma representação tem ou não existência na realidade (FREUD, 2014, p. 23).

A negação aparece como uma tentativa de não aceitar na consciência algum fato que perturba o Ego.

“Eram muitos os caprichos de Marco, ceder a eles constituía, para mim, um misto de medo e esperança: medo de sua agressividade e esperança de que a minha aquiescência lhe tocasse o coração e ele considerasse o seu proceder em relação a mim e às filhas.” (FERNANDES, 2012, p. 20)

A situação vivida era angustiante, se por um lado Maria da Penha tinha plena convicção do desfecho do relacionamento ser encerrado em divórcio, por outro lhe surgiam sentimentos de insegurança sobre o rumo que sua decisão poderia tomar, devido ao humor imprevisível do marido e dos olhares externos, da família ou da sociedade.

“Eu percebia que uma separação amigável seria impossível, e temia tomar iniciativa da separação judicial, pelas reações imprevisíveis de um marido agressivo, embora o meu maior desejo fosse o de livrar a mim e as minhas filhas daquele inferno.” (FERNANDES, 2012, p. 22)

“Marco não se modifica nem tomava iniciativa para solucionar o impasse...mas eu tinha a intuição de que, ao fazê-lo, ele me mataria.” (FERNANDES, 2012, p. 24)

O conflito entre os afetos de Maria da Penha também se davam ao fato do conhecimento inicial da pessoal de Marco ter se apresentado como o total oposto do que se revelava após alguns anos de casamento, mas especificamente após Marco ter alcançado algumas conquistas, como a nacionalidade brasileira por exemplo, que era de grande desejo, visto que era colombiano.

“Aos poucos, fui percebendo que a naturalização de Marco e as possibilidades de se projetar social e profissionalmente o tinham conduzido a uma união de conveniência.” (FERNANDES, 2012, p. 20)

Ao contar no livro sobre a história de como veio a conhecer seu marido, Maria relembra características marcantes que contribuíram para o nutrir de sentimentos por Marco, como também investimento da relação para um possível e desejável futuro matrimônio.

“Não senti por Marco o que costumamos chamar de amor à primeira vista. Fomos nos conhecendo paulatinamente, como amigos, e só depois consolidamos o nosso namoro...ele não tinha aspecto frágil, pelo contrário, frequentava ginásios esportivos e não causava a menor sensação de haver algum distúrbio em seu temperamento...dava uma boa impressão a quem o conhecesse.” (FERNANDES, 2012, p. 17)

A psicanálise enfatiza a internalização de papéis de gênero e normas sociais, com a ideia de que as mulheres podem internalizar expectativas de submissão ou obediência, muitas vezes reforçadas culturalmente, o que pode torná-las mais suscetíveis à subordinação em relacionamentos abusivos.

Antes da data fatídica de uma das tentativas de feminicídio, Maria da Penha relata o lembrar de cenas onde Marco solicitou dela a assinatura de papéis para venda de bens da família, como também, e curiosamente, para um seguro de vida. Ao ser coagida à assinatura, questionou a necessidade, mas não se negou a fazê-lo conforme solicitado pelo marido, em quem confiava apesar da desconfiança do pedido.

“...meu coração ficou apertado e descompassado, mais uma vez, num pensamento secreto e apavorante, imaginei que o pedido fazia parte de um plano para me matar” (FERNANDES, 2012, p. 27)

Maria da Penha relata ter tentado convencer a si mesma de que sua desconfiança não passava de um tipo de dramatização ou exagero diante de uma solicitação “simples” do marido, que era a assinatura de venda de um bem familiar.

“...procurei me convencer de que eu estava dramatizando uma simples transação comercial.” (FERNANDES, 2012, p. 27)

Os mecanismos de defesa podem colocar em jogo as vítimas de violência doméstica, uma mulher pode recorrer à negação ou à racionalização para justificar ou minimizar a violência que sofre, como forma de lidar com a angústia emocional. A recusa dessas mulheres em reconhecer o sofrimento em sua condição as leva a permanecer na relação como uma maneira de atribuir significado à própria identidade feminina. (FERREIRA E DANZIATO, 2019)

A intuição de Maria já a alertava, sendo confirmados fatos em provas que seriam encontradas depois do episódio quase fatal ocorrido no mês de maio daquele ano, os documentos que foram encontrados contendo falsas assinaturas suas atestaram a sua desconfiança inicial:

"No mês de outubro do ano do atentado encontrei fotocópias dos documentos, reconhecimento de firma em meu nome e outros documentos autenticados, tudo feito sem o meu consentimento." (FERNANDES, 2012, p. 27)

A repressão é um conceito psicanalítico que sugere que se pode reprimir sentimentos, memórias ou desejos perturbadores para evitar o confronto direto com eles. Em casos de abuso ou violência, uma mulher pode reprimir seus próprios sentimentos de raiva, medo ou desamparo para manter a estabilidade psicológica, o que pode perpetuar sua posição de subordinação.

"A repressão recusa à representação rechaçada: a tradução em palavras (...). A representação não apreendida em palavras, ou o ato psíquico não sobreocupado, fica para trás, no interior do inconsciente, como algo reprimido." (FREUD, 1915/1996)

Diante das cenas que presenciava onde as filhas eram submetidas a ataques de ira do pai ou quando Marco se irritava diante de um desejo seu não atendido, Maria relata em um trecho que apesar do sofrimento que viviam desejava que tudo voltasse a como foi um dia, quando seu marido não se apresentava tão agressivo. Mas o mero desejo era vencido pela realidade, a verdade em que viviam era a de que não se passava um dia sem que Marco não manifestasse seu humor explosivo.

"No íntimo eu desejava ardentemente que tudo voltasse a ser como antes, quando reinava a paz em nossa convivência." (FERNANDES, 2012, p. 20)

"Era impossível haver uma reunião familiar, tínhamos de nos manter separados o mais possível...esse era o tipo de vida que levamos, dia após dia, como numa guerra." (FERNANDES, 2012, p. 24)

Se o homem percebe e conceitua a mulher como essa forma voltada a servi-lo e atendê-lo e se essa mulher falha ao cumprir esse destino natural a violência contra ela já está justificada no seu próprio comportamento. (MASAGÃO, *et al.*, 2020)

A via dos próprios objetos acaba se perdendo por se acreditar que esse Outro é a fonte para se chegar à causação do próprio desejo. A ideia de apropriação na relação acaba por se deparar com a perda de um sujeito e, ao que tudo indica, se esconde por trás do desejo do outro. (FERREIRA E DANZIATO, 2019)

O escalonar da violência

A ideia sobre o que é a violência por parte das mulheres é uma questão complexa que pode ser explorada a partir de uma perspectiva psicanalítica, embora a psicanálise não seja a única abordagem teórica que pode ser usada para entender esse fenômeno. A vivência da violência pode incluir situações em que uma mulher tolera,

justifica ou minimiza atos violentos ou abusivos em um relacionamento.

A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) especifica a violência doméstica e familiar como física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Os tipos de violência contra a mulher podem ocorrer de forma concomitante ou dar início de maneira isolada com apenas um dos tipos de violência, porém, a tendência é o aumento gradual. Cabe considerar que não necessariamente ocorre o episódio de violência física antes de ocorrerem tentativas de feminicídio, basta a ocorrência de qualquer um dos tipos de violência para que um fim fatal ocorra.

Zanello (2018) explica que a mulher não é vista pelo homem como um ser único e separado, e muitas vezes ela também não se vê pessoalmente autônoma e individual em sua constituição. Nicolau (2000) perpassa sobre as teorias psicanalíticas de Lacan e Freud e descreve que há portanto de ambas as partes o conceito de desindividualização que leva à despersonalização, termo este que por definição subjuga, aniquila, nega valor à vida, a autonomia e, portanto, retira o caráter de sujeito e de ser único da mulher.

Quando um homem enxerga a mulher como uma figura com o propósito de servir a ele e satisfazer suas necessidades, e essa mulher não atende a essa expectativa preestabelecida, o comportamento violento contra ela é considerado aceitável aos olhos desse homem. (MASAGÃO, *et al.*, 2020)

No relato de Maria da Penha a maior prevalência de forma de violência é a psicológica, seguida da patrimonial e física. Como bem define a Política Nacional de enfrentamento à violência contra a Mulher (2011), a violência psicológica é caracterizada como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima da mulher, que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, ou ainda que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração com limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Todo ato violento tem um início, embora minucioso. O ciclo da violência denominado por Walker (1979) descreve padrões comuns observados em muitos relacionamentos abusivos. Na fase inicial do ciclo há um aumento gradual da tensão, essa primeira fase é caracterizada por críticas constantes, controle excessivo, comportamentos intimidadores ou outras formas de abuso verbal e emocional. A violência psicológica no contexto da violência doméstica ocorre de maneira sutil e silenciosa.

Existem considerações da psicanálise em relação à violência contra a mulher e à posição de subordinação de gênero. Na dinâmica da relação de gêneros o masculino é tido como o sexo principal e o feminino o secundário, o preço de ser o segundo sexo exime da mulher a possibilidade de obter e alcançar uma liberdade autônoma, pois se ela coexiste com o homem ela não existe em si mesma (RODRIGUES, 2005, p.180).

Considerando o ciclo da violência citado anteriormente, observa-se que os episódios de violência deram início à medida que as conquistas almeçadas por Marco foram consolidadas.

“Após o nascimento da nossa primeira filha, Marco finalmente conseguiu encaminhar a documentação necessária para sua naturalização, já que, pelas leis brasileiras, para um estrangeiro ser naturalizado é necessário que constitua família no Brasil, esse era um dos objetivos que Marco perseguia.” (FERNANDES, 2012, p. 18)

“A partir do momento em que Marco foi naturalizado e se estabilizou profissional e economicamente, modificou totalmente o seu modo de ser. O companheiro, até então afável, transformou-se em uma pessoa agressiva e intolerante em relação a mim, e às filhas” (FERNANDES, 2012, p. 19)

Estudos realizados por Zanello (2018) apontam valores e ideais relacionados a homens e mulheres (de diversas faixas etárias e classes sociais) dentro de nossa cultura, a autora diz que as categorias valorizadas nas mulheres percorrem três eixos: renúncia sexual; traços de caráter relacional e beleza estética. Os homens, por sua vez, são valorizados em relação à virilidade e laborativa, em ser “provedor”, portanto “ser homem” é uma construção que ocorre no imperativo: implica em assumir uma postura ativa de ter que provar a todo momento que se é, “de fato”, “homem”. Isto é, a virilidade masculina deve ser fabricada e afirmada em todas as circunstâncias para ser validada.

A representação da masculinidade não trata apenas de atingir um padrão viril assumido como dominante, “mas de parecer, transparecer, demonstrar essa situação” (AZIZE; ARAÚJO, 2003, p. 141).

Diante disso, a relação com o fato do aumento das tensões e das ocorrências de violência no lar terem desembocado atrelados às conquistas ambicionadas por Marco, como também sua ascensão profissional a posteriori. Os comportamentos outrora não manifestados passaram a ser cada vez mais frequentes e o marido que Maria havia conhecido no início, ela já não mais o reconhecia.

“A partir do momento em que os seus objetivos foram alcançados, Marco não se importava mais de mostrar sua face mesquinha e violenta.” (FERNANDES, 2012, p. 20)

“após assumir o novo emprego, os contatos profissionais de Marco foram se ampliando, e a

sua vaidade também” (FERNANDES, 2012, p. 19)

A psicanálise aborda questões relacionadas à identidade de gênero e à formação da imagem de poder do homem, e contribui para trazer compreensão de como as expectativas sociais e a identificação com figuras que influenciam a construção da identidade de gênero. Conceituações sobre como as dinâmicas inconscientes e conflitos internos podem influenciar a violência psicológica em relacionamentos de gênero.

Ponciano (2022) aponta sobre o feminismo e a psicanálise, e ajuda-nos a compreender como os problemas levantados pela psicanálise tornam-se fonte de conteúdo para o aprofundamento das discussões feministas. A psicanálise explora como as dinâmicas de poder desempenham um papel nas relações entre homens e mulheres e pode ajudar a entender como a busca de controle, a submissão ou a manipulação podem estar relacionadas a essas questões de poder que é o cerne principal do machismo.

Seguindo ao ciclo da violência, na segunda fase do ciclo ocorre a explosão, a acumulação de tensão atinge um ponto crítico, resultando em um incidente violento de forma escrachada. Nesta fase, a violência física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral ocorre de maneira mais incisiva, ultrajante e com potencial de maior risco.

No seio familiar passaram a ocorrer com maior frequência as explosões manifestadas com as filhas, na época ainda crianças.

“Tudo era motivo de bater nas filhas, quebrar os brinquedos ou objetos quaisquer que encontrasse à sua frente.” (FERNANDES, 2012, p. 23)

“Ele não suportava o choro de suas filhas, e usava de violência quando isso acontecia. Era comum, à sua aproximação, elas engolirem o choro. um simples olhar já as intimidava” (FERNANDES, 2012, p. 21)

“A falta de controle urinário da minha filha caçula era resolvido às custas de palmadas.” (FERNANDES, 2012, p. 24)

“Marco tomou o prato...e o jogou contra a parede, como ele costumava fazer nos momentos em que se sentia contrariado.” (FERNANDES, 2012, p. 20)

O tormento em presenciar as filhas naquela situação exigiam de Penha o uso de estratégias na tentativa de minimizar as ocorrências de comportamentos de agressividade do marido.

“Muitas palmadas foram aplicadas às crianças, quando, por parte delas, era esquecido o beijo com que deveriam receber o pai, por ocasião da sua volta do trabalho. Essa “saudação” tinha de ser espontânea e para parecer como tal, e para evitar que elas apanhassem, eu as estimulava cantando: “Papai está chegando! Quem esquecer de dar o beijo não ganha

caramelo!" E, sem que ele percebesse, eu as presenteava com caramelos, "premiando-as" pelo cumprimento dessa obrigação." (FERNANDES, 2012, p. 21)

"Minhas filhas continuavam sujeitas ao distúrbio emocional do pai, que sempre acordava de péssimo humor." (FERNANDES, 2012, p. 23)

Diante de sua hospitalização em outro estado, Penha ficou afastada de suas filhas e recebia notícias delas quando Marco a visitava no hospital, o que não a consolava, mas a afligia mais ainda.

"As notícias por ele transmitidas, ao invés de me tranquilizarem, muito me inquietavam, pois me dizia ele que, com a minha ausência, as crianças haviam se tornado mais adultas, por terem aceitado sem reclamar...o relato das proezas de Marco na educação das crianças fazia-me vivo o tormento pelo qual elas estavam passando...atormentava-me em demasia pensar que crianças de tão tenra idade se encontrassem desprotegidas, à mercê de um pai desumano, insensível e violento." (FERNANDES, 2012, p. 54)

A última fase do ciclo da violência se dá após a fase de explosão e cumprimento das anteriores ameaças, nessa terceira fase chamada de lua de mel ou reconciliação o agressor pode expressar remorso, justificar suas ações e usar de manipulação para convencimento, levando a vítima a aceitação ou validação do seu discurso convincente. Nessa fase de lua de mel segue-se um período de calma aparente, o agressor muitas vezes mostra arrependimento, pede desculpas e pode até ser carinhoso e a vítima pode ter esperanças de que o relacionamento vai melhorar e pode haver uma pausa nos comportamentos violentos.

"Foi num desses instantes de esperança que engraidei, mais uma vez (terceira filha)" (FERNANDES, 2012, p. 23)

"Contraditoriamente ao seu comportamento tirano, Marco enviava-me cartões, livretos das Edições Paulinas e até cartas românticas, onde ele fantasiava ser o oposto do que era, na realidade; num aprimoramento do seu instinto de maldade e alternando dupla personalidade, tinha Marco o seu proceder dentro de uma coerência maléfica: vilipendiava e maltratava os seus, ao mesmo tempo em que tentava passar, em missivas, a imagem de uma pessoa solidária, plena de mensagens amorosas. Pena que, de todo, mentirosas." (FERNANDES, 2012, p. 54)

A violência é sempre uma interrupção da fala e o discurso é sempre interrupção da violência, o que corrobora com o que Arendt (2003) diz sobre a violência ser uma manifestação de poder e que é através desse poder, da força e da violência que o homem domina sobre a mulher.

A tendência do ciclo da violência é a repetição por várias vezes, com as fases se tornando mais intensas e frequentes e mais encurtadas ao longo do tempo. Podem haver variações nas fases, mas há sempre a repetição

do ciclo, normalmente a vítima não percebe claramente o ciclo da violência que está inserida, o que o prolonga. A manipulação emocional e o controle exercidos pelo agressor muitas vezes dificultam a saída da vítima do ciclo de violência no relacionamento abusivo.

Com o transcorrer do tempo, os padrões de insinuações e chantagens vão progredindo e tornando-se cada vez mais evidentes, mesmo que sutis. Assim, a violência psicológica materializa-se em agressões verbais, através de humilhações privadas ou públicas, exposição da parceira a situações de zombarias e ridicularizações com o corpo da vítima, depreciando-a, assim como apelidar ou chamar por características que causam nela angústia e sofrimento (TAVARES et al., 2023, p. 16)

"Culpava-me pelos malfeitos das domésticas, acusando-me de não as haver orientado corretamente; comunicava que havia decidido diminuir as despesas com a alimentação, por serem demasiadamente altas, o que me levava a imaginar a queda do padrão alimentar das crianças." (FERNANDES, 2012, p. 42)

Zanello e Andrade (2014) discorrem sobre no ambiente doméstico ser esperado das mulheres o manter do relacionamento afetivo a partir do dispositivo amoroso, e que sejam mães zelosas e protetivas com os filhos, nos termos do dispositivo materno. A história nos revela que os homens sempre garantiram preponderância nessa distribuição de poder e as mulheres foram continuamente colocadas em submissão pelo simples fato de serem "mulheres". (ZANELLO, 2018)

No relato autobiográfico a autora diz que a tensão na relação foi se agravando e se desdobrou em agressões mais contundentes: a violência física. Esta foi concretizada por tentativas de feminicídio. A primeira por meio de um tiro, que a deixou paraplégica, e a segunda por tentativa de eletrocussão no chuveiro. Na primeira tentativa, quando houve o forjar de um assalto à residência, Marco desferiu um tiro na coluna enquanto Maria da Penha dormia.

"Acordei de repente com um forte estampido dentro do quarto. Abri os olhos, não vi ninguém. Tentei mexer-me, mas não consegui. Imediatamente fechei os olhos e um só pensamento me ocorreu: "Meu Deus, Marco me matou com um tiro." Um gosto estranho de metal se fez sentir forte na minha boca enquanto um borbulhamento nas minhas costas me deixou ainda mais assustada, isso me fez permanecer com os olhos fechados, fingindo-me de morta, pois temia que Marco me desse um segundo tiro...percebia a vida sair de mim mesma, contra a minha vontade, e não tinha como dizer que estava gravemente ferida." (FERNANDES, 2012, p. 31)

No feminicídio não há somente o uso de violência, há o ódio à figura da mulher que percorre a história da cultura trazendo barbárie à civilização (MENEGHEL e PORTELA, 2017).

O ciclo da violência é caracterizado por abusos e comportamentos agressivos que tendem à propensão apenas para intensificação, como um espiral com potencial para crescer, nunca diminuir. O caso de Maria da Penha ilustra o ciclo de violência que a vítima de violência doméstica enfrenta. Ela sobreviveu a episódios iniciais de abuso psicológico que aumentaram gradualmente em intensidade até chegar às duas tentativas de feminicídio, isso destaca o ciclo da violência: que começa com formas sutis de abuso, se intensifica com o tempo e pode levar a consequências irreversíveis para a vítima.

Podemos considerar o ciclo da violência como uma ciranda infernal, o papel de Lúcifer é interpretado pelo abusador, com seu modo ardiloso, convincente, sorrateiro de conseguir o que deseja e persuadir a vítima como um método intencional. Na ciranda, de mãos dadas, vítima e abusador detêm-se como prisioneiros nessa roda feita a dois, e no clima de tensão forma-se um círculo de fogo, nele ninguém entra e ninguém sai.

“Penha viveu uma ciranda infernal mas não se rendeu” (FERNANDES, 2012, p. 09)

“No comportamento de um criminoso tudo se soma e se encaixa, em movimentos planejados como peças num jogo de xadrez.” (FERNANDES, 2012, p. 28)

A violência psicológica contra as mulheres é uma forma de violência de gênero que se manifesta através de comportamentos que causam dano emocional, psicológico ou mental. Pode ser tão prejudicial quanto a violência física e muitas vezes ocorre em conjunto com outras formas de abuso. A violência psicológica pode incluir uma variedade de comportamentos manipulativos, humilhantes, controladores e destrutivos, visando minar a autoestima e o bem-estar emocional da vítima.

Segundo Tavares *et al.* (2023) a violência psicológica no contexto da violência doméstica ocorre de maneira sutil e silenciosa. No caso de Maria da Penha as violências de cunho psicológico eram as mais frequentes, a vítima não era somente ela, mas também suas três filhas que sujeitas ao pai agressivo recebiam advertências firmes e gritos assustadores, que as amedrontavam. O direito dos corpos, dado ao homem pela lógica patriarcal, o autorizava ao uso de violência.

A violência psicológica, muitas vezes só é percebida quando efeitos de maior gravidade se manifestam, é um tipo de agressão que gradualmente mina a liberdade e identidade da mulher, minando o autoconceito da mulher sobre ela mesma e seu poder de tomada de decisão. (TAVARES *et al.*, 2023, p. 4)

Existe uma sobredeterminação sobre os corpos que precisam performar a feminilidade e em paralelo existe a exclusão sobre quem não

performa e não dialoga com essa determinação que precede o feminino. De acordo com Butler (2003) em seu livro “Problemas de Gênero” existe uma crítica sobre a categoria identitária e que essa identidade pode sobrepujar os corpos.

À psicanálise interessa a reflexão feminista na medida em que reivindica para si duas tarefas: elaborar teoricamente o fenômeno da sexualidade humana e, em sendo assumida a tese de que existem processos psíquicos inconscientes, diagnosticar o modo pelo qual eles incidem nas dimensões social e política da nossa experiência ou seja, trata-se de identificar a maneira como a realidade é informada por fantasias que se estruturam à revelia da consciência, indicando a radicalidade da divisão subjetiva. Ela promove, assim, aportes teóricos, senão ao menos problemas, que parecem ser indispensáveis ao feminismo (SILVEIRA, 2020, p. 114).

Ainda sobre o tipo de violência psicológica, nesta o agressor passa a controlar a mulher, restringindo suas relações sociais até o ponto em que passa a ser sua única referência de convívio, caracteriza-se aqui o cárcere privado. O perpetrador da violência pode, inicialmente, não fazer uso de agressões físicas, todavia priva a liberdade da vítima. A violência de gênero desenvolve-se numa progressão de comportamentos violentos, de tal maneira que, na esmagadora maioria dos casos, inicia-se de forma silenciosa, tornando-se, muitas vezes, imperceptível. (TAVARES *et al.*, 2023, p. 15)

Maria da Penha foi submetida a cárcere privado, este se dá como uma forma grave de violência contra a mulher e configura uma violação dos direitos humanos.

No aprisionamento ou confinamento contra a vontade, o agressor proíbe ou dificulta o contato da vítima com amigos, familiares ou outras pessoas de apoio e usa de ameaças verbais, físicas ou psicológicas para manter a vítima sob controle, este exerce controle sobre vários aspectos da vida da vítima, incluindo suas atividades diárias, contatos sociais, finanças e até mesmo decisões pessoais.

“Marco não permitira a presença de nenhum parente meu no cotidiano daquela casa.” (FERNANDES, 2012, p. 54)

“Caso eu teimasse em desobedecê-lo, ele iria me manter trancada à chave...a persistência de Marco em isolar-me prosseguia.” (FERNANDES, 2012, p. 58)

Segundo Butler (2003) a mulher nasce sentenciada, o fato de nascer em um corpo feminino é pré determinação para a sujeição a um outro corpo, o masculino e às imposições feitas por ele. Isso dá suporte a uma cultura patriarcal e machista que persiste, repousa e aposta na dominação de poder (BEAUVOIR, 1970).

“Diante dessas proibições, que praticamente eliminavam minha convivência com outras pessoas e especialmente com meus familiares, havia também uma delimitação de espaço. Para lidar com a última situação eu já estava preparada, mas, sentir-me prisioneira em meu próprio lar, tendo minhas atitudes tolhidas e vendo-me sob o total arbítrio do próprio marido, era não somente terrível de aceitar, como também agravava a insuportável sensação de impotência.” (FERNANDES, 2012, p. 59)

Quando não se é possível fazer uso da própria liberdade, o indivíduo opta por ser visto e compreendido como um objeto ou coisa. A pessoa não livre está sujeita à liberdade de outrem. Se a liberdade é limitada, não existe liberdade. A liberdade da figura da mulher, o segundo sexo, foi ao longo da história condicionada e restringida às escolhas do outro, do sexo principal: o homem (BEAUVOIR, 1949).

“Não era apenas um cárcere privado, quatro paredes que me cercavam, mas pesava sobre mim, principalmente, o desmoronamento de todo um arcabouço de valores inerentes ao crescimento e enriquecimento do ser humano.” (FERNANDES, 2012, p. 59)

Extinguir da mulher essa escolha pela liberdade a coloca na condição de objeto em relação ao homem e esta escolhe automaticamente não lutar por seus direitos, por ser sujeita, submissa (HIRIGOYEN, 2006).

Os rastros da violência psicológica são os adoecimentos do psicológico e do corpo. A partir de uma perspectiva sociocultural, o sofrimento mental se dá não apenas como um adoecimento do corpo, mas uma consequência de condições sociais determinadas e dos lugares ocupados pelos sujeitos e, dessa forma, atingido pelas desigualdades de gênero, e não sendo apenas um alargamento do que é considerado patológico. (TEIXEIRA e PAIVA, 2021)

A psicossomática se refere a mente (psique) e ao corpo (soma), sobre ela Freud afirma que quando as emoções eram dissociadas das representações, elas passavam por processos de conversão, deslocamento ou transformação. Diversos autores pós-freudianos também adotaram a perspectiva de Freud e associaram o destino pulsional na formação de sintomas somáticos devido a uma deficiência no desenvolvimento da capacidade de simbolização (MACÊDO (2021).

Quando as emoções não podem ser expressas simbolicamente, elas têm a tendência de se manifestar por meio de sintomas somáticos. As somatizações são interpretadas como uma resposta inconsciente a um sofrimento emocional que não pode ser expresso verbalmente. Essa manifestação é considerada uma tentativa de cura, indicando que os sintomas psicossomáticos resultam de uma deficiência na capacidade de simbolização e na falta de elaboração psíquica adequada.

As somatizações indicam uma reação inconsciente ao sofrimento emocional indizível, que deve ser entendida como uma espécie de busca ou tentativa de cura. Para ela, os sintomas psicossomáticos decorrem de uma falha na simbolização e de uma carência na elaboração psíquica. Diante da impossibilidade precoce de inclusão da dor psíquica numa cadeia simbólica, cria uma desintegração em potencial na unidade psicossomática, pois impede que essa dor psíquica seja nomeada, articulada e vivenciada. Diante dessa angústia, surge no corpo a manifestação de descarga-ato, que são os fenômenos psicossomáticos (McDOUGALL, 1997).

O indivíduo é uma entidade psicossomática na qual os conflitos não se dão entre o corpo e a mente, mas sim entre diferentes pulsões dentro de uma mesma esfera somática, essa capacidade de representação desempenha um papel crucial na formação psíquica, e uma deficiência nesse aspecto pode sugerir uma inclinação para o desenvolvimento de sintomas somáticos.

Dejours (2019) diz que existe uma influência mútua entre o estado psicológico e a saúde do corpo. Há uma tendência inconsciente de expulsar do psiquismo percepções, fantasias e pensamentos relacionados a emoções que podem causar sofrimento é conhecida como ejeção. Nesse processo, os afetos que foram expelidos do aparelho psíquico tendem a se manifestar e reduzir-se a uma expressão somática, assumindo a forma de sintomas. Essa dinâmica sugere uma relação entre a rejeição inconsciente de material emocionalmente carregado e o surgimento de sintomas somáticos (no corpo).

Garcia (1995) aponta a depressão, por exemplo, como um tipo de sofrimento como uma condição da existência feminina, que, na impossibilidade de expressar-se, implode. A psicossomática se refere ao implodir, e surge da relação entre aspectos emocionais ligados aos aspectos físicos, ocasionando a possibilidade de um colapso interno ou tumulto emocional.

A supressão da agressividade, prescrita constitucionalmente e imposta socialmente à mulher, favorece o desenvolvimento de fortes impulsos masoquistas, que, como sabemos, têm êxito em ligar-se eroticamente a inclinações destrutivas voltadas para dentro. (FERREIRA e DANZIATO, 2019 *apud* FREUD, 1933)

Há uma correlação direta entre violência psicológica e sentimentos de tristeza e depressão. No tocante aos desdobramentos psicossomáticos, Zancan e Habigzang (2018), assevera algumas disfunções nesse aspecto, a saber: distúrbios alimentares, dores crônicas, cefaleias, problemas na coluna cervical, náuseas, tonturas e picos hipertensivos. Assim também, muitas mulheres relatam problemas na ordem psicológica como: menor satisfação com a vida, com o corpo, vida

sexual, redução da qualidade de vida, síndrome do pânico, depressão e tentativa de suicídio.

“No meu íntimo se confrontavam a fraqueza e o desejo de que minha vida terminasse, com um sentimento maternal que me dava forças e ímpeto para recuperar-me a fim de lutar por minhas filhas (FERNANDES, 2012, p. 44).

“Todas as vezes que Marco ia visitar-me, eu ficava ainda mais angustiada e debilitada e isso se refletia no meu estado clínico, que piorava, a ponto de eu sentir falta de ar, sendo necessário, na maioria das vezes, chamar o médico plantonista.” (FERNANDES, 2012, p. 42).

Maria da Penha, diante da notícia de que havia ficado paraplégica e não voltaria a andar teve um tipo de rebaixamento de sua saúde:

“Nos dias seguintes a essa trágica notícia, apoderou-se de mim uma apatia associada a uma avassaladora anorexia, a ponto de exigir a interferência da equipe de apoio, que precisou providenciar para mim uma alimentação especial, detalhadamente supervisionada.” (FERNANDES, 2012, p. 48)

A violência prejudica a vida social, reprime a vítima e a abala psicologicamente. Os danos causados pela violência psicológica não concentram-se só na vítima, mas estendem-se para todos os que presenciam ou convivem com a situação de violência. Dentre as consequências mais graves da violência psicológica, estão os problemas de saúde originados pelo intenso sofrimento psicológico, como dores crônicas, síndrome do pânico, depressão, tentativa de suicídio e distúrbios alimentares (KOSAK et al., 2018). Além de fazer com que a vítima perca a confiança própria, acreditando, por vezes, que é incapaz de ser independente.

O caminho de tortura ilustrado através da história de Maria da Penha diz sobre uma clara progressão da violência psicológica desembocando até a física, no seu caso, em específico, o preço alto da violência psicológica foi pago às custas de sua debilidade física, causada por seu agressor.

Freud, parafraseado por Franco e Ferrari (2006) discorre sobre a crueldade do abusador e agressor ilustrando esta como forma de egoísmo, um movimento narcísico, que descaracteriza, despersonaliza e desconsidera a vítima.

A base da crueldade, para Freud, é o egoísmo, próprio de toda satisfação sexual-biológica. Sendo dessa ordem, a crueldade não supõe consideração ao outro. Originando-se nas fases pré-genitais da libido, quando ainda não se formou a compaixão pelo sofrimento do outro, e obedecendo ao impulso de apreensão do objeto, a crueldade favorece a passagem ao ato. (FRANCO FERRARI, 2006, p. 54).

Freud não deixa de considerar que existem situações nas quais se constata tendência à crueldade no adulto; principalmente, no adulto masculino. (FRANCO FERRARI, 2006, p. 54).

Manifestada também como uma forma de violência psicológica, a violência patrimonial é uma manifestação da violência de gênero que envolve o controle, destruição, subtração ou retenção dos bens, recursos econômicos e patrimônio da mulher, visando prejudicar sua autonomia financeira e criar dependência ao agressor.

“No período compreendido entre a primeira e segunda cirurgias, 29 de maio e 10 de junho de 1983, Marco, sem levar em conta as minhas péssimas condições físicas, psicológicas e emocionais, exigiu que eu lhe passasse uma procuração...esperava que os meus rendimentos, ao serem sacados integralmente pelo pai das minhas filhas, interferissem positivamente no humor dele, minorando o sofrimento que a minha ausência causava às crianças.” (FERNANDES, 2012, p. 37)

A sujeição à violência vivida se deu por uma desautorização social de manifestar objeção aos comportamentos de violência do marido, considerando as dinâmicas de gênero enquanto posição do homem e da mulher compreendido socialmente. A mulher é esse objeto sem objeção, não tem condições de objetar sobre uma posição própria porque é tolhida dessa condição seja por ignorância da capacidade de poder próprio ou da consciência de possibilidade do exercício da própria liberdade (BEAUVOIR, 1949).

O invalidar, desconsiderar, descaracterizar e deslegitimar o sofrimento da mulher é característica presente na cultura machista. A posse do corpo feminino angaria ao homem o poder de sobrepujar os corpos, dominando-os.

A psicanálise, para Benjamin (1988) permite compreender como o desenvolvimento de uma estrutura psíquica alicerçada na distinção entre sujeito e objeto perpetua, em nossa sociedade, a sobreposição do par: dominação e submissão ao par masculino e feminino.

“Ele não me permite opinar, como mãe, o que melhor convinha para as minhas filhas” (FERNANDES, 2012, p. 19)

“Marco não só mostrava total desinteresse pelo meu estado de saúde, como o minimizava.” (FERNANDES, 2012, p. 37)

“Marco havia determinado com bastante clareza que não queria ninguém “me paparicando”.(FERNANDES, 2012, p. 71)

Zanello (2018) diz que a objetificação despersonaliza a mulher e dá a ela uma natureza subalterna, o que abre espaço para o tratamento inferiorizado e externalização de relações de poder de uma figura sobre a outra, configurando o ato violento.

O patriarcado, portanto, é a forma de organização social que sustenta a ordem de privilégios masculinos, dentre os quais está a transformação da vida das mulheres em “escravidão”, ou seja, a reificação da vida humana cujo destino vivencial seja atrelado à satisfação dos desejos dos homens. (PONCIANO, 2022)

As mulheres, destinadas a uma existência marcada pelo silenciamento. Frente a relacionamentos abusivos, especialmente no contexto da violência psicológica, essas mulheres vítimas enfrentam dificuldade em reconhecer a situação em que se encontram.

“É cruel e atormentador o torvelinho de emoções a que somos submetidas, como se um redemoinho nos envolvesse e nos levasse ao fundo, tirando de nós toda a possibilidade de defesa. Falta-nos firmeza pessoal para enfrentarmos momentos e situações de violência, ou somos premidas pelo medo e vergonha de nos expormos?” (FERNANDES, 2012, p. 90)

Essa complexidade decorre das características inerentes a esse tipo de violência, uma vez que, por se tratar de violência de gênero, não se trata de uma manifestação visível aos olhos da sociedade. Em vez disso, é uma forma de violência silenciosa (TAVARES et al., 2023, p. 11).

Se no silêncio, o aprisionamento, o falar é o início para a liberdade. Rodrigues (2005) considera que a filosofia existencialista de Beauvoir sabe bem que a liberdade buscada é uma liberdade que evolui no interior de situações concretas de vida, visto que é no seio do mundo com sua intempéries que é possível fazer o uso da liberdade individual e fazer o destino que se estabelece e se projeta a partir das próprias escolhas. A nossa consciência é esse espaço decisório de governança pelo qual nós dirigimos a nossa existência, e a partir disso nos dotando e adquirindo essência própria.

A liberdade individual é esta que, apesar dos grilhões das prisões do mundo externo possibilitam ao sujeito a ancoragem na própria liberdade interior. Maria da Penha, mesmo diante da iminência de morte viu ainda, a esperança:

Com tudo inerte em mim, como sequele da lesão medular, o peso do coração...E do mais profundo de mim mesma, com força de promessa, nascia-me uma esperança: sobreviverei. (FERNANDES, 2012, p. 34)

E após seis anos em situação de violência Maria da Penha pôde, finalmente ser devolvida ao estado de paz

“Vivia agora numa casa harmoniosa, que podia verdadeiramente ser chamada de lar.” (FERNANDES, 2012, p. 83)

A violência contra a mulher é uma questão de saúde pública. Os governos, organizações da sociedade civil e a comunidade em geral desempenham papéis importantes na prevenção e combate à violência psicológica contra as mulheres. A violência psicológica além de consistir em uma violação dos direitos humanos, configura-se também um entrave à saúde pública, tendo-se em vista as consequências nocivas a nível físico e psíquico das vítimas (TAVARES et al., 2023, p. 17)

Através do relato autobiográfico de Maria da Penha foi possível enxergar uma mulher que encontrou força, razão e sentido para lutar por justiça e contra a impunidade. A luta contra a violência doméstica e familiar é um papel social, onde não somente as autoridades, mas a sociedade como um todo ao se apropriar da história que contorna as relações de gênero pode por fim emancipar o feminino do papel que lhe é vendido e é comprado por todos nós, homens e mulheres. A necessidade de reconhecer o papel de gênero nas situações de violência poderá nos dar uma resposta abrangente e coordenada para combater esse problema e proteger a vida e proporcionar, finalmente, liberdade às mulheres.

“Sobreviver por tudo e por tantos: por si, sua família, filhas, por mulheres desconhecidas mas comuns em sua história...tão particular e ao mesmo tempo tão comum... mulheres que levam no corpo e na alma as marcas visíveis e invisíveis da violência.” (FERNANDES, 2012, p. 09)

Considerações Finais:

Este trabalho buscou explorar a autobiografia de Maria da Penha, mais especificamente os conteúdos de violência psicológica que, mesmo não sendo um conceito amplamente discutido e divulgado, impactam diversos relacionamentos amorosos. Observamos que durante a pesquisa para a elaboração deste trabalho, não foi identificado nenhum artigo que abordasse a análise do livro *Sobrevivi Posso Contar* por um viés psicanalítico e do feminismo.

O estudo possibilitou a análise das dinâmicas de gênero presentes nos tipos de violência doméstica, revelando que a forma como esses relacionamentos abusivos são socialmente construídos pode influenciar a origem e persistência do ato violento, o que se deve à existência de uma espécie de validação social que contribui para que as mulheres permaneçam no ambiente abusivo.

Existe um carregamento de conceitos sobre o feminino na sociedade, devido à construção social na história, que pesa sobre as mulheres o fardo de carregar essas exigências. Essa concepção do feminino é vendido socialmente e comprado coletivamente, são normas sociais que podem influenciar a autopercepção das mulheres ao carregarem conceitos, crenças e valores sobre si mesmas.

A violência contra a mulher é uma questão de gênero, onde o masculino exerce poder sobre o feminino. A psicanálise enfatiza a internalização de papéis de gênero e normas sociais, com a ideia de que as mulheres podem internalizar expectativas de submissão ou obediência, muitas vezes reforçadas culturalmente, o que pode torná-las mais suscetíveis à subordinação em relacionamentos abusivos.

Buscamos promover a reflexão da violência entre os papéis de gênero, e o destaque de que existem ensinamentos, que aceitos sem questionamento, têm o potencial de legitimar diversas formas de violência, incluindo o abuso psicológico, ao normalizá-lo.

À psicanálise interessa a reflexão feminista na medida em que reivindica para si duas tarefas: elaborar teoricamente o fenômeno da sexualidade humana e, em sendo assumida a tese de que existem processos psíquicos inconscientes, diagnosticar o modo pelo qual eles incidem nas dimensões social. A psicanálise sempre se antecipou à sua época, não por uma capacidade de adivinhação, mas porque é uma práxis que escuta os balbucios das mudanças nas formas atuais dos sintomas.

Através da abordagem psicanalítica e do feminismo foi possível compreender como o desenvolvimento de uma estrutura psíquica alicerçada na distinção entre sujeito e objeto perpetua, em nossa sociedade, a sobreposição do par dominação e submissão. A psicanálise colabora com alguns conceitos que nos ajudam a compreender as dinâmicas de dominação e de violência, como por exemplo os conceitos de inconsciente, mecanismos de defesa e movimento narcísico.

A violência psicológica no contexto doméstico e familiar como violência de gênero, é uma forma de violência silenciosa. Existem consequências da violência psicológica para a vítima, e esse é o tipo de violência com maior prevalência, desta preconiza o surgimento de outras formas de violência, sendo o padrão do ciclo violento o escalonar, nunca o abrandar.

Por ser de cunho psicológico, muitas vezes a violência psicológica só é percebida quando efeitos de maior gravidade se manifestam, e dela se advém consequências graves para a saúde mental da vítima, como os efeitos psicossomáticos manifestados no corpo.

Como experiência de campo no estágio obrigatório pude compreender na prática através do atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na DEAM (Delegacia Especial de Atendimento à Mulher) os construtos sociais que são carregados e como as características da violência psicológica são comuns mesmo em casos diferenciados. Assim como no discurso de Maria da Penha, nos atendimentos foram identificados no histórico de violência a mulher colocada em posição de atenuadora de conflitos, além dos sentimentos contraditórios como ambivalência no discurso e o escalonar da violência.

O livro de Maria da Penha narra sua história de sobrevivência após ser vítima de violência sua luta por justiça para buscar o reconhecimento de que sua vida sim, merece ser

doméstica, ela foi a mulher que com sua coragem e determinação tornou-se um símbolo de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil. A autobiografia aborda os tipos de violências sofridas e a batalha legal de Maria da Penha para obter justiça. A história de Maria da Penha teve papel fundamental na elaboração da lei específica para violência doméstica e familiar, a Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006), lei que protege as mulheres e garante a punição adequada aos agressores.

Embora as leis tenham evoluído para reconhecer a igualdade de gênero e os direitos das mulheres, a persistência da violência contra a mulher ainda é uma séria preocupação. A luta por justiça lançou luz sobre a seriedade dessa discussão e deu abertura para mostrar as deficiências do sistema legal brasileiro, que foi vencido, mas persiste ainda hoje com lacunas entre as vitórias que já foram legisladas e as falhas na implementação na vida cotidiana, formando um paralelo entre a teoria da Lei e a realidade da vida de tantas mulheres.

A cautela na interpretação e inferências considerando a psicanálise foi necessária, devido ao risco de interpretar a violência contra a mulher através de uma perspectiva excessivamente psicológica, como o "psicanalismo", e justificar o ato violento e o entendimento sobre papéis de gênero através de abordagem unicamente acadêmica de maneira precipitada e preconceituosa, levando a temática a um reducionismo, desconsiderando ou descaracterizando a complexidade da experiência humana e os fatores sociais que permeiam as dinâmicas de gênero constituídos socialmente.

Considerada a importância da seleção das teorias utilizadas para realizar investigações a respeito da temática, consideramos que muitas das teorias encontradas devem passar por reformulações e críticas, tendo em vista que podem potencializar a criação de estereótipos, pois essas mesmas foram criadas cheias de atravessamentos da lógica machista. Isso serve também para algumas leituras da psicanálise.

O diálogo entre esses os campos da psicanálise e do feminismo trazem explicações com profundidade sobre como a construção da identidade de gênero e as normas sociais influenciam a percepção do poder e a luta por igualdade de gênero, que estão intrinsecamente ligados à dinâmica da violência contra a mulher.

A análise do livro *Sobrevivi Posso Contar* destaca as complexas motivações por trás da violência contra a mulher que se explicam por um processo histórico, o ciclo da violência doméstica, e por fim, a impunidade que Maria se deparou na contada e é digna de ser vivida, como qualquer outra vida o é.

Agradecimentos:

Externo agradecimento especial às professoras que me acompanharam ao longo da graduação, especialmente à minha professora orientadora, mulheres que me inspiraram a crescer não somente na área acadêmica, mas na vida, evidenciando a força da figura feminina e as grandes possibilidades que a mulher pode galgar.

Gratidão à minha família que mesmo sem saberem foram o refúgio para o meu renovar de forças e minha calma na agonia e às amizades especiais que cruzaram meu caminho e me deram ânimo, me impulsionando para realizar o

que cabia somente a mim, o que sem elas (família e amigos) eu não perceberia.

À todas as mulheres que contribuíram para que eu me construísse como mulher ao longo da vida, mulheres que passaram despercebidas pelos holofotes mas que, no secreto e no comum de suas vidas se destacavam, pois em sua caminhada individual escolheram persistir apesar de tantos obstáculos impostos pela dor, preconceito, falta de recursos e tantas outras limitações que hoje me inspiram na construção da mulher em mim como um “vir a ser” me lembrando de que não há barreiras para que eu alcance o que almejo ser e realize o que só eu posso fazer.

Referências:

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Portugal: Edições 70, 1977.

BARRETO, André; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro; ALMEIDA, Paulo César; SOUSA, Eros. *Desenvolvimento Humano e Violência de Gênero: Uma Integração Bioecológica. Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre, v. 22, n. 1, 2009.

BARUS-MICHEL, J. *A violência complexa, paradoxal e múltívoca*. In: SOUZA, M.; MARTINS, F; ARAÚJO, J. N. G. (Eds.), *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico* (pp. 19-34). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

BEAUVOIR, S. *O Segundo sexo, vol. II. A experiência vivida*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. Tradução de Sérgio Milliet, 1949.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, S.. *O segundo sexo*; tradução Sérgio Milliet, 2ª ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENJAMIN, Jessica. *The bonds of love*. Nova York: Patheon Books, 1988.

BRASIL. *Lei no 11.340*, de 7 de agosto de 2006.

BRONFENBRENNER, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre, RS: Artemed. (Original publicado em 1979)

BUARQUE, Cristina. *Introdução ao Feminismo*. In *Caderno de textos gênero e trabalho*. Salvador: Redor, 2006.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Paulo. *A Existência Da Mulher Em Simone De Beauvoir*, 2021. Disponível em: <www.memorialtcccadernograduacao.fae.edu>

DEJOURS, C. *Psicossomática e teoria do corpo*. São Paulo: Blucher, 2019.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. *Sobrevivi posso contar*. 2º ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FERREIRA, E.; DANZIATO, L. *A violência psicológica na mulher sob a luz da psicanálise*. Cadernos de Psicanálise | CPRJ, v. 41, n. 40, p. 149-168, 7 ago. 2019

FIRMINO, Flávio Henrique.; PORCHAT, Patrícia. *Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de problemas de gênero*. Araraquara, SP, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Datafolha Instituto de Pesquisas. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>, 2023.

FRANCO FERRARI, I., *Agressividade e violência*. *Psicologia clínica*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 49-62, jul./dez. 2006

FREUD, S. (1996). *A feminilidade*. In S. Freud (Ed.) *Obras Completas – Novas Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise e Outros Trabalhos*, vol. XXII (pp. 121-143). Rio de Janeiro: Imago. Obra original publicada em 1933.

FREUD, S. (1915b) *Observações sobre o amor transferencial (Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise III)*. Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (2006). *Sobre o narcisismo: uma introdução*. In S. Freud, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. XIV, pp.75-108) Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)

GOSTINSKI, Aline; MARTINS, Fernanda. *Estudo feministas por um direito menos machista*. 2 ed. Florianópolis, SC: Empório do Direito, 2016;

HIRIGOYEN, M.-F.. *A violência no casal: Da coação psicológica à agressão física* (M. H. Kuhner, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006.

JÚNIOR J. N. S.; BESSET V. L. *Violência e sintoma: o que a psicanálise tem a dizer?* Rio de Janeiro, RJ. UFRJ, 2007.

KOLLER, S.H.; ANTONI, C. *Violência intrafamiliar: uma visão ecológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LACAN, J. *O seminário: Livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

MACÊDO, K. B. Corpo e sintoma no paciente somatizador: uma visão psicodinâmica. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 24, n. 2, p. 1-11, maio 2021.

MANUS, R. *A incrível geração de mulheres que foi criada para ser tudo o que um homem NÃO quer*. 2014. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/ruth-manus/a-incrive-geracao-demulheres-que-foi-criada-para-ser-tudo-o-que-um-homem-nao-quer/>

MASAGÃO, S., CASTRO, T.M., DETONI, P.P. E BOTTEGA, C.G. *Violência Sexual Contra Mulheres: Necessidade De Estabelecer Um Perfil*. *Revista Feminismos*. 8, 2, Dez. 2020.

MCDOUGALL, J. *As múltiplas faces de Eros: uma exploração psicanalítica da sexualidade humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MEES, L. *O feminino do fim de análise: a passagem do gozo, Outro ao desejo do analista e seu ato*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2019. <https://www.scielo.br/j/agora/a/jhBJjkskgCG98NZGWLpZPctt/?format=pdf&lang=pt>

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. *Feminicídios: conceitos, tipos e cenários*. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SxDFyB4bPnxQQpJBnq93Lhn/abstract/?lang=pt>. Acesso em 16 ago. 2019.

MILLETT, Kate. *Política Sexual*. 1. ed. México: Dom Quixote, 1975.

NICHOLSON, Linda. *Interpreting Gender em Linda Nicholson, The Play of Reason: From the Modern to the Postmodern* (p.53-76). Cornell University, 1999.

NICOLAU, Roseane Freitas. *O masculino e o feminino: o gênero na psicanálise*. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 17/18, n.1/2, p. 23-29, 1999/2000.

OAKLEY, A. *Sexo, gênero e sociedade*. Nova York: Harper Colophon, 1972.

PÉREZ, Victoria A. Ferrer; FIOL, Esperanza Bosch. *Violencia de género y misoginia: reflexiones psicosociales sobre un posible factor explicativo*. *Papeles Del Psicólogo*, Madrid, n. 75, p. 13-19, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77807503>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PNEVCM - *Pacto Nacional Pelo Enfrentamento À Violência Contra As Mulheres* – Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília, DF: 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-aviolencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.

PONCIANO, João Victor. *Freud E A Misoginia*. *Eleutheria - Revista do Curso de Filosofia da UFMS*, v. 7, p. 165-177, 2022.

RODRIGUES, Carla. *Butler e a desconstrução do gênero*. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, vol. 3, n. 1, 2005

SILVA, Paulo. *Hombres Necios*, De Sor Juana Inés De La Cruz, E Duas Traduções Para O Português Brasileiro; Disponível em: <www.repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12421>. Acesso em 25 de outubro de 2018.

SILVEIRA, Léa. *Feminismo e psicanálise*. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, v. 6, n. 3, p. 114-127, 2020. Disponível em: <<http://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/feminismo-epsicanalise/>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

STOLLER R. *Sex and gender: the development of masculinity and femininity*. New York: Science House; 1968.

TAVARES, Ester et al. *Gaslighting e seus efeitos psicológicos: Revisão Sistemática de Literatura*, UniEvangélica, fGoias 2023. Disponível em: <<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/20698/1/GASLIGHTING%20E%20SEUS%20EFEITOS%20PSICOL%C3%93GICOS%20REVIS%C3%83O%20SISTEM%C3%81TICA%20DE%20LITERATURA.pdf>>

TEIXEIRA, J.M.S. & PAIVA, S.P. *Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro, RJ: Physis: Revista de Saúde Coletiva, 2021.

TOMASELLI, Sylvana & POTER, Roy. *Estupro*. Tradução Alves Calado. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. 1992

WALKER, Leonore. *The battered woman*. New York: Harper and How, 1979.

WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo editorial, 2003.

WOLF, Naomi. *O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2018.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, V.; ANDRADE, A. P. M. *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade*. Curitiba, PR, Appris, 2014.